



Número: **0823828-34.2019.8.15.0001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **9ª Vara Cível de Campina Grande**

Última distribuição : **18/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**



Justiça gratuita? **SIM**


Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
FATIMA CRISTIANE ARRUDA DE ASSIS (AUTOR)		INACIO BRUNO SARMENTO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24541 496	18/09/2019 15:58	Petição Inicial	Petição Inicial
24541 715	18/09/2019 15:58	GuiaCustas	Outros Documentos
24541 717	18/09/2019 15:58	Laudo médico	Outros Documentos
24541 718	18/09/2019 15:58	Doc. Médica 2	Outros Documentos
24541 721	18/09/2019 15:58	Doc. Médica 1	Outros Documentos
24541 722	18/09/2019 15:58	BO e Comp. de Pag. Administrativo	Outros Documentos
24541 724	18/09/2019 15:58	Doc. Pessoal e Comp. de Residência	Documento de Identificação
24541 728	18/09/2019 15:58	Procuração	Procuração
24541 738	18/09/2019 15:58	Petição Inicial	Outros Documentos
24595 180	20/09/2019 08:49	Despacho	Despacho
24599 336	20/09/2019 09:41	Despacho	Despacho
24615 528	20/09/2019 14:48	Petição	Petição
24615 531	20/09/2019 14:48	Emenda à Inicial	Outros Documentos
24986 455	03/10/2019 09:57	Decisão	Decisão
24994 748	03/10/2019 12:24	Expediente	Expediente

Petição Inicial em anexo.



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 001.8.19.13847/01
Nº do Processo:	Comarca: Campina Grande	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 18/09/2019
Número da guia: 001.2019.613847 Tipo da Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 30/09/2019
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.011,60 Promovente: FATIMA CRISTIANE ARRUDA DE ASSIS - Taxa Judiciária: R\$ 177,19 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS - Taxa bancária: R\$ 1,35			UFR vigente: R\$ 50,58
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.202,14
			Desconto total: R\$ 0,00
866800000121 021409283187 520190930005 181913847016 			Valor final: R\$ 1.202,14

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 001.8.19.13847/01
Nº do Processo:	Comarca: Campina Grande	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 18/09/2019
Número da guia: 001.2019.613847 Tipo de Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 30/09/2019
Promovente: FATIMA CRISTIANE ARRUDA DE ASSIS Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT			UFR vigente: R\$ 50,58
Detalhamento: - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Cartas: R\$ 12,00			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.202,14
			Desconto total: R\$ 0,00
			Valor final: R\$ 1.202,14

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 001.8.19.13847/01
Nº do Processo:	Comarca: Campina Grande	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 18/09/2019
Número da guia: 001.2019.613847 Tipo de Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 30/09/2019
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.011,60 Promovente: FATIMA CRISTIANE ARRUDA DE ASSIS - Taxa Judiciária: R\$ 177,19 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS - Taxa bancária: R\$ 1,35			UFR vigente: R\$ 50,58
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.202,14
			Desconto total: R\$ 0,00
866800000121 021409283187 520190930005 181913847016 			Valor final: R\$ 1.202,14





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 001.2019.613847

Data Vencimento: 30/09/2019

Data Emissão: 18/09/2019

Comarca: Campina Grande

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: FATIMA CRISTIANE ARRUDA DE ASSIS

Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT

Valor da Causa: R\$ 11.812,50

Despesas Processuais: R\$ 12,00

Custas: R\$ 1.011,60

Taxa: R\$ 177,19

Total da Guia: R\$ 1.200,79

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.





GOVERNO
DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA
DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

Receituário Simples

P/ Fabiana Cristiane Andrade
de Assis

laudo médico

Aponte Supacitadas foi vítima de trauma, tendo apresentado fraturas do Râcio distal esquerdo. Foi submetida a tratamento cirúrgico em 30/03/19. Atualmente encontra-se em reabilitação.

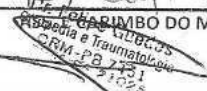
CDIO = S52.5

10.04.19

Data

Dr. Felipe Claudes
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PB 7441
RAN-PF 21025

Médico

Dr. Felipe Guedes		IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE	
		NOME: <u>Juliano Custione</u>	CONVÊNIO: <u>Parti Euler</u>
PRESCRIÇÃO MÉDICA		Nº PRONTUÁRIO:	
Nº:	DATA: <u>30/08/19</u>	HORA:	QUARTO/LEITO: <u>320</u>
QUANTIDADE	PRESCRIÇÃO	HORÁRIO	
	1) DRETA ZERO, LIVRE A V 23hr		
	2) SF 0.9. 1000ml 6 em 4hr		
	3) Drona 5g + AO EV 6/6h (1x0)		
	4) Hbct 10g + AO EV 5x/dia		
	5) Nurodon 250g + AO EV 8/8hr		
	6) HBT de 4 em 4hs.		
	7) Insulina Regular crípue protedro		
	8) Sina + CCO		
	9) Cefalotina 5g + AO EV 6/6h		
Assinatura do Médico:  CRM - PB 7731		DESTINO: RECEBIDO POR:	

1ª VIA - PRONTUÁRIO

2ª VIA - FARMÁCIA







Centro Hospitalar João XXIII
Sistema de Assistência Social e de Saúde



MATERIAL DESCARTÁVEIS POSTO 100

30.03.14

PACIENTE	CONVÊNIO			APTO
<i>Fátima C. Arruda de Assis</i>				
MATERIAIS	MANHÃ	TARDE	NOITE	AUDITOR
Frasco para denta				
Agulha de Insulina				
Agulha desc.p/glicemia	01	01	02	
Algodão Ortopédico <i>limpofila hiala</i>	01+01	01	02	
Bolsa de colostomia				
Bureta (microfix)				
Cateter nasal				
Coletor de urina (sist. Fechado)				
Coletor de urina (para incont. Masculina)				
Equipo de Macrogotas	01			
Equipo de Microgotas				
Equipo de PVC (prvenofix)				
Equipo Fotossensível (branco/Laranja)				
Espadrapo	20 cm			
Faixa Crepon (10cm)				
Faixa Crepon (15cm)				
Tira p/glicemia Advantage II	01	01	02	
Gaze (pacote)				
Intracath				
Jelco (angiocath) <i>Nº 20</i>	01			
Luva estéril				
Luva Procedimento	02	03	03	
Micropore				
Scalp 19,021 e 23				
Seringa descartável (3ml)				
Seringa descartável (5ml)	01			
Seringa descartável (10 ml)	01	02	03	
Seringa descartável (20 ml)				
Seringa de insulina				
Sonda Enteral				
Sonda Foley				
Sonda nasogástrica				
Sonda Retal				
Sonda uretral				
Torneira de 3 vias				
Água oxigenada (curativo/lavagem)				
Vaselina				
Soro fisiológico (para curativo)				
Xilocaina Gel (p/sonda)				
Xilocaina (p/sonda p/ passar cateter)				
Tubo endotraqueal nº				
Fio de Sutura nº				
Fio para tubo				
Faixa p/tubo				
outros				



Assinado eletronicamente por: INACIO BRUNO SARMENTO - 18/09/2019 15:43:01

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19091815425845500000023758326>

Número do documento: 19091815425845500000023758326



Centro Hospitalar João XXIII
Sistema de Assistência Social e de Saúde



EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

Data	NOME:	LEITO:
30/03/19	On <i>fatima. Gushione</i>	<i>120</i>
<i>Paciente pré-op. da ortopedia, segue internada para cirurgia às 18h</i>		
<i>A mesma segue com controle de glicemia e 1005 cuidados.</i>		
<i>Alcione Mota dos Santos</i>		
<i>ENFERMEIRA</i>		
<i>COREN-PB 482167</i>		
30/03/19	<i>Paciente em pós tratamento cirúrgico de fratura de punho, sem queixas.</i>	<i>Andrea T. Vilela</i>
<i>ENFERMEIRA</i>		
<i>COREN-PB 85735</i>		
31.03.19	<i>Paciente no 1000 de tratamento cirúrgico de fratura de punho e. A mesma não queixas, segue sendo m.c.p. Segue 1005 cuidados.</i>	<i>Alcione Mota dos Santos</i>
<i>ENFERMEIRA</i>		
<i>COREN-PB 482167</i>		
31.03.19	<i>Paciente recebeu alta hospitalar por estar curada, falta o médico prescrever na evolução médica.</i>	<i>Alcione Mota dos Santos</i>
<i>ENFERMEIRA</i>		
<i>COREN-PB 482167</i>		





NOTA DE SALA

RT73602

Instrumentador(a): Andre

Data 30/03/2019

Inicio 20-02-19

Término 21.326

QTD	Med. ANESTESICAS	QTD	Medicações	QTD	Termo
	ALPENTANILA 5ML #		NEOSTIGMINA 5MG/ML		SONDA FOLEY 3V Nº
	ATRACURIO 10MG 2,5ML #		NITROGLICERINA 25MG		SONDA NASOGASTRICA LONGA Nº
	BUPIVACAINA+GLICOSE 0,5% PESADA 4ML		OMEPRAZOL 40MG		SONDA URETRAL Nº
	CETAMINA 50MG 10ML #		ONDANSETRONA 4MG 2ML		TORNEIRINHA TRÊS VIAS
	CISATRACURIO 10MG 5ML		PROTAMINA 1000UI/ML 5ML		FIOS
	CLONIDINA 150MCG/1ML		RANITIDINA 50MG/ML 2ML		ACIFLEX 5 W481050X4
	ETOMIDATO 2MG 10ML #		SOLUÇÃO CARDIOPLEGICA 10ML		CERA P/OSSO WAXBI025B
	FENTANILA 50MCG 2ML #		SULFATO DE MAGNÉSIO 10% 10ML		ETHIBOND 0 PEVOSA45
	FENTANILA 50MCG 10ML #		SUXAMETONIO 100MG 5ML		ETHIBOND 2-0 PEV202MR22T
	FENTANILA+DROPERIDOL 2ML(NILPERIDOL) #		TENOXICAM 20MG		ETHIBOND 2-0 C/AG. 2,0 PEV202MR20
	MIDAZOLAM 15MG 3ML #		TROMETAMOL 30MG/ML		ETHIBOND 5-0 C/AG.4,7 PEV54MTC480
	MIDAZOLAM 50MG 10ML #		CLORHEXIDINA ALCOOLICA 2ML		LIGA CLIP 100(1201)
	MORFINA 1MG 2ML #		CLORHEXIDINA DEGERMANTE 4% 1ML		LIGA CLIP 200(2200)
	MORFINA 0,2MG 1ML #		MATERIAL		MONONYLON 3-0 C/AG.3,0 NL30CT30S3
	NALOXONA 0,4MG 1ML #		AGULHA DESC.13X4,5		MONONYLON 3-0 C/AG.2,4 NL30CT24S3
	PANCURONIO 2MG 2ML #		AGULHA DESC.25X7,0		MONONYLON 4-0 NL40CT30S3
	PROPOVAN 1% 20ML #		AGULHA DESC.40X12		POLYCOT 0 C/AG. 3,0 AA0CR30G
	ROCURONIO 10MG 5ML #		AGULHA PERIDURAL Nº		POLYCOT 1 AA0SA45
	SEVOFLURANO 100% 250ML #		AGULHA RAQUE Nº		POLYCOT 2-0 AA20CR30G
	TRAMADOL 100MG 2ML #		ATADURA DE CREPOM Nº		POLYCOT 3-0 S/AG. AA30SA45
	TRAMADOL 50MG 1ML #		ATADURA GESSADA Nº		POLYCOT 3-0 C/AG.3,0 AA30CR30G
QTD	MEDICAÇÕES		BOLSA COLOSTOMIA 30MM		PROLENE 4-0 PL402MR22AP
	ACIDO TRANEXAMICO 250MG 5ML		BORRACHA SILICONE Nº204 MT		PROLENE 5-0 PL502MR17AP
	AMINOFILINA 24MG/ML 10ML		CATETER P/O2		PROLENE 7-0 PL702CR10AP
	AGUA DESTILADA 10ML		CATETER PERIDURAL Nº		PROLENE 6-0 PL602CR13AP
	ATROPINA 0,25MG/ML 1ML		CAMPO OPERATORIO GRANDE UND.		PROLENE 8-0 SE6680/2-45H
	BICARBONATO DE SODIO 8,4% 10ML		COMPRESSA DE GAZE ENV.C/10UNDS		VICRYL 0 C/AG.4,0 G4091-75H
	ESMOLOL 10MG/10ML		COLETOR DE URINA SISTEMA FECHADO		VICRYL 2-0 PGLA20MR48ER
	CEFAZOLINA 1GR		DRENO Nº		VICRYL 3-0 C/AG.1,9 PE19303-BH
	CEFALOTINA 1GR		ELETRODO DESCARTÁVEL		VICRYL 3-0 C/AG.2,5 ABS30MR26G
	CEFTRIAXONA 1GR		EQUIPO MACRO GOTAS C/INJETOR		
	CLORETO DE CÁLCIO 10% 10ML		EQUIPO MICRO GOTAS C/INJETOR		
	CLORETO DE POTASSIO 19,1% 10ML		EQUIPO P/ARTROSCOPIA 4VIAS		
	CLORIDRATO DE PAPAVERINA 100MG 2ML		ESPARADRAPO		
	CETOPROFENO 100MG IV		FILTRO P/RESPIRADOR C/TRAQUEIA		
	DEXAMETASONA 4MG/ML 2,5ML		FITA MICROPORE		
	DIPIRONA SODICA 2ML 500MG/ML		GELCO Nº		
	DIMENID+PIRIDOX+GLICOSE+FRUT B6 EV DL		INTRACATH ADULTO Nº		
	EPEDRINA 50MG 1ML		LAMINA DE BISTURI Nº11		
	ESCOPOLAMINA SIMPLES 20MG 1ML		LAMINA DE BISTURI Nº15		
	ESCOPOLAMINA+DIPIRONA 5ML		LAMINA DE BISTURI Nº23		
	EPINEFRINA 1MG/ML 1ML		LUVA DE PROCEDIMENTO TAM M,		
	FITOMONEDIONA 10MG/1ML EV		LUVA ESTÉRIL Nº6,5		
	FUROSEMIDA 20MG 2ML		LUVA ESTÉRIL Nº7,0		
	GENTAMICINA 80MG 2ML		LUVA ESTÉRIL Nº7,5		
	GLICOSE 50% 10ML		LUVA ESTÉRIL Nº8,0		
	HEPARINA 5000UI 5ML		LUVA ESTÉRIL Nº8,5		
	HIDROCORTISONA 100MG		SERINGA DESC.C/AG.1ML		
	HIDROCORTISONA 500MG		SERINGA DESC.C/AG.3ML		
	HISOCEL SOL DE GELATINA 3,5% 500ML		SERINGA DESC.C/AG.5ML		
	LEVOPRIVACAINA 0,5% C/VASO		SERINGA DESC.C/AG.10ML		
	LEVOPRIVACAINA 0,5% S/VASO		SERINGA DESC.C/AG.20ML		
	LIDOCAINA COM VASO 2% 20ML		SERINGA DESC. 60ML BICO LONGO		
	LIDOCAINA SEM VASO 2% 20ML		SONDA ENDOTRAQUEAL C/BL Nº		
	METRONIDAZOL 500MG 0,5%		SONDA FOLEY 2V Nº		
	METOCLOPRAMIDA 10MG 2ML				

SOROS

SF 100ML ☐ SF 250ML ☐ SF 500ML ☐

SG 100ML ☐ SG 250ML ☐ G 50

Circulante Responsavel:

Luciene Silva Guedes Lim
Técnica em Enfermagem
COREN-PB 666 51F



ANESTESIOLOGISTA: Thamara Silveira G. Nunes
 CPF: 00000000000 CRM: 6536

ANESTESIOLOGISTA AUXILIAR:
 CPF: 00000000000 CRM: 0000

PACIENTE: Fátima Cristina Almeida de Almeida

IDADE: 39 SEXO: MAS ☐ FEM ☒ APTO ☐ ENF ☐ UTI ☐

IMC: 24.5 PESO: 65 ALTURA: 1.65 ASA: E-I-III-IV-V-VI

DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: Fratura de punho e

CIRURGIÃO: Dr. Felipe Gaudet 1º AUX.: 2º AUX.:

HOSPITAL: JOÃO XXIII DATA: 30/03/2019
 CONVÊNIO: Particular

NÚMERO DA CARTEIRA: 00000000000
 GUIA DE INTERNAÇÃO: 00000000000
 SENHA: 00000000000

INÍCIO: 20:00 TÉRMINO: 21:00
 HORÁRIO ESPECIAL: SIM ☐ NÃO ☒

CODIGOS

1	2	3	4	5	6	7	8

PROCEDIMENTOS: Ortopedia de punho e

VIA%

HORA: 02:21

AG. INAL. Oz. 21

LÍQUIDOS

S. Glicosado 5%: 230
 S. Fisiológico 0,9%: 200
 Ringer Lactato: 170
 Conc. de Hemácias: 140

ECG: ECG - R0

OXIMETRIA: 99 - 99 - 100

CAPNÓGRAFIA

3ª HORA = 4ª HORA = T =

MONITORIZAÇÃO

☐ PAM
☒ PANI
☒ ECG
☐ PVC
☐ TNM
☐ Esteto. Esofágico
☐ Esteto. Precordial
☐ BIS
☐ AN. Gases
☒ SpO2



29/03/2019



GOVERNO
DA PARAÍBA
SECRETARIA DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES



ATENDIMENTO URGÊNCIA

PRONT (B.E) Nº: 1864226 CLASS. DE RISCO: AMARELO

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES - CNPJ: 08.778.268/0038-52
Av. Mal. Floriano Peixoto, 4700 - Malvinas, Campina Grande - PB CEP: 58432-809 Data: 29/03/2019
Rodrôm de Emergência (B.E) - Modelo 07 Atendimento: Franchelva Almeida Torres Nascimento: 12/03/1980

PACIENTE: FÁTIMA CRISTIANE

ARRUDA DE ASSIS

Endereço: R. MULUNGU

Cidade: Barra de São Miguel

Nome da Mãe: MARIA DAS DORES ARRUDA RAMOS

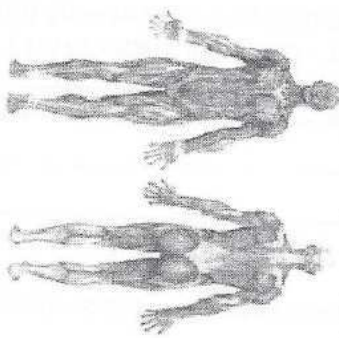
Responsável:

Estado Civil: Casado(a)

Médico:

MOTIVO: ACIDENTE DE MOTO MOTO X CARRO

LOCAL DA LESÃO (identifique o local com o número correspondente ao lado)



1. Abuso
2. Amputação
3. Anel
4. Contusão
5. Escoriação
6. Dor
7. Edema
8. Empalhamento
9. Enfisema subcutâneo
10. Esmaecimento
11. Equimose
12. F. Alma branca
13. F. Alma de fogo
14. F. Carúcula
15. F. Corante
16. F. Corte-contuso
17. F. Perfuro-contuso
18. F. Perfuro-cortante
19. Fratura óssea fechada
20. Fratura óssea aberta
21. Hematoma
22. Injeção de venoso
23. Laceração
24. Lesão tendão
25. Luxação
26. Mordedura
27. Movimento torácico paradoxal
28. Objeto Enfiado
29. Otorragia
30. Rinite
31. Paralisia
32. Paratetania
33. Queimadura
34. Rinoorragia
35. Sinal de Isquemia
- 36.

OBS:

QUEIMADURA:

Superfície corporal lesada = % Grau () 1º Grau () 2º Grau () 3º Grau

DIAGNÓSTICO / CID:

EXAME PRIMÁRIO - DADOS CLÍNICOS

Handwritten notes:
Joaquim Carlos de...
O.K.T.P.

ALERGIA:

MEDICAMENTOS:

PATOLOGIAS:

EXAME FÍSICO

PUPILAS () Fotorreagentes () Isocóricas () Anisocóricas ()

Glasgow PA HGT. Satoz

EXAMES SOLICITADOS:

() Laboratoriais
() Gasometria arterial
() Tomografia Computadorizada
() Ultrassonografia:
() Radiografias:

SOLICITAÇÃO DE PARECER MÉDICO:

Especialista: / às Dia /

Especialista: / às Dia /

MÉDICO SOLICITANTE

PROCEDIMENTOS REALIZADOS:

Nº PRESCRIÇÕES E CONDUTAS HORÁRIO REALIZADO

1		
2	14	
3		
4		
5		
6		

ASSINATURA E CARIMBO DO MÉDICO:

Ficha de Acolhimento

Nome:	Patricia Lino de Almeida de Aguiar		
End:	ST. Marliana	Bairro:	Bairro São José
Data de Nascimento:	12.03.80	Documento de Identificação:	
Queixa:	cid moto	Data do Atend.:	29.03.19
Acidente de trabalho?	() Sim	Hora:	16:20
	(X) Não	Documento:	

Classificação de Risco

Nível de consciência:	(X) Bom	() Regular	() Baixo	Aspecto:	() Calmo	(X) Fáceis de dor	() Gemente
Frequência respiratória:				Frequência cardíaca:			
Pressão arterial:				Temperatura axilar:			
Dosagem de HGT:				Mucosas:	(X) Normocorada	() Pálida	
Deambulação:	() Livre	(X) Cadeira de rodas	() Maca				

Estratificação

- () Vermelho - atendimento imediato
() Verde - atendimento até 4 horas

- (X) Amarelo - atendimento até 1 hora
() Azul - atendimento ambulatorial

MOD. 110

Assinatura e carimbo do profissional

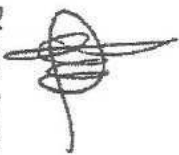
INACIO BRUNO SARMENTO

GOVERNO DA PARAIBA	SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES	
CAMPINA GRANDE - PARAIBA	

PACIENTE: GERALDO GOMES DA SILVA
DATA DO EXAME: 02.12.2018
RADIOGRAFIA DE JOELHO

- Fratura cominutiva do platô tibial, sem sinais de infra-desnívelamento.
- Fratura da fíbula proximal, não desalinhada.
- Aumento de partes moles locais por edema.
- Relações articulares conservadas.

22



Dr. Diogo Araújo
CRM/PB: 7195

Dra. Miriam Albino
CRM/PB 6435

Dra. Marcelle Farias
CRM/PB 6550

Dr. Rafael Borges
CRM/PB: 6485

Dr. Ramoné Miranda
CRM/PB: 8220

Dr. Roberto Maia
CRM/PB: 6101



BOLETIM DE ANESTESIA

NOME: Antonio Bonifacio da Silva

CONVÊNIO: 5-5

IDADE: 65

APTO:

SEXO: ☒ M ☐ F

NÚMERO DA CARTEIRA:

GUIA DE INTERNAÇÃO:

SENHA:

DATA DE NASCIMENTO:

CIRURGIA

☒ ELETIVA ☐ URGÊNCIA

☒ AMBULATORIAL

INÍCIO: 16:42

TERMINO: 17:30

HORÁRIO ESPECIAL:

ESTADO FÍSICO (ASA)

☒ I ☐ II ☐ III ☐ IV ☐ V

HT:

83,12,111

Diagnóstico Pré-Operatório:

1ª Equipe Cirúrgica (Cirurgião/1º/2º/3º Auxiliares):

Equipe Anestesiológica:

Prontidão dos Realizadores:

Prontidão Cirúrgica

Prontidão Anestésica

Prontidão de Suporte

Prontidão de Monitorização

Prontidão de Resgate

Prontidão de Transporte

Prontidão de Emergência

Prontidão de Anestesia

Prontidão de Monitorização

Prontidão de Resgate

Prontidão de Transporte

Prontidão de Emergência

Prontidão de Anestesia

Prontidão de Monitorização

Prontidão de Resgate

Prontidão de Transporte

Prontidão de Emergência

Prontidão de Anestesia

Prontidão de Monitorização

Prontidão de Resgate

Prontidão de Transporte

Prontidão de Emergência

Prontidão de Anestesia

Prontidão de Monitorização

Prontidão de Resgate

Prontidão de Transporte

Prontidão de Emergência

Prontidão de Anestesia

Prontidão de Monitorização

Prontidão de Resgate

Prontidão de Transporte

Prontidão de Emergência

Prontidão de Anestesia

Prontidão de Monitorização

PACIENTE ATENDIDO PELO SUS
NOME: ANTONIO TARGINO
CUSTAS MÉDICAS FORAM
COBRADAS AO SUS

CUSTAS MÉDICAS FORAM
COBRADAS AO SUS

- Adm
- Atm
- Bax
- Bup
- Bup
- Bup
- Bup
- Cipr
- Clex
- Deci
- Dipli
- Dipri
- Dipri
- Dobi
- Dorn
- Efed
- Esmi
- Fent
- Flay
- Forar
- Halot
- Hidro
- Hypri
- Kefaz
- Keflin
- Ketala
- Lasix
- Lique
- Methe
- Morfir
- Narcor
- Napor
- Nimbit
- Niprid
- Noradi
- Norcur
- Ocitoc
- Pavulo
- Plasit
- Profen
- Prostig
- Quelici
- Rapfen
- Reviva
- Sevors
- Sufent
- Tilatil
- Tacriur
- Ultiva
- Valium
- Xyloca
- Xylona
- Xyloca
- Zofran
- Água C
- Água C
- S. Fisic
- S. Glic
- S. de R
- C. Hen
- Plasma
- Oxigén
- Nº O (L
- Ar Mec
- Co2 (L
- MAT
- Aquac
- Agath
- Aguth
- Aguth
- Cal Se
- Catete
- Catete
- Catete
- Eletr
- Equip
- Equip



NOME: Guilherme Gomes

IDADE: 55a

ALIU: J. Gaudêncio

LEITO: 062

MÉDICO: Dr. Raulton

DATA: 03/12/18

MANHÃ

PACIENTE ATENDIDO PELO SUS
NO HOSPITAL ANTONIO TARGINO
CUJAS DESPESAS FORAM
COBRADAS AO SUS

TARDE

Paciente evolui estável, em POT, consciente, orientado, afebril, capnias em vinelise m.c.p., segue com cuidados da enfermagem

Marcelina Nascimento da Silva
Técnico de Enfermagem
COREN-PB 681.294

NOITE

Paciente em POT. Evolui estável, sem alterações. Sem uso medicado. Adu. Reduziu ex de contide. Segue sob cuidados enfermagem

Edite Ramos da Silva
Téc. de Enfermagem
COREN-PB 75.177





SISTEMA DE ASSIST. SOCIAL E DE SAUDE HOSPITAL JOAO XXIII
SISTEMA DE CONTROLE CLINICO
REGISTRO DE INTERNAÇÃO

DATA: 30/03/2019
HORA: 08:21:25



73602

Cópia

Prontuário	Nome do Paciente	38974		FATIMA CRISTIANE ARRUDA DE ASSIS	Nascimento	Idade	Sexo	Cor	Naturalidade	Religiao
Estado Civil	CPF	RG	Grau de Instrução	Profissão	12/03/1980	39	F		SANTA CRUZ DO C	
Filiação	Mãe:	MARIA DAS DORES ARRUDA RAMOS	Pai:	RAIMUNDO DUCA RAMOS	Fone Residencial	Fone Trabalho				
Endereço	ZENILDA LIRA FERREIRA DE MORAIS, 198 - SÃO MIGUEL, SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE CEP: CEP 5									
Complemento Endereço										
Atendimento	Data/Hora Atend.	Data/Hora Prev.	Sector							
73602	30/03/2019 08:14	31/03/2019 10:00	121710-RECEPCÃO EMERGÊNCIA / ELETIVA - CNV							
Médico Atendente	311138-JOSE FELIPE GUEDES									
Plano / Convênio	0-PARTICULAR/0-PARTICULAR									
Nº Carteira	Validade									
Nº CNS	700007743739605									
Tipo Atendimento	5-INTERNAÇÃO CIRURGICA									
Motivo Atendimento	4-INTERNAÇÃO/URGÊNCIA									
Posto	Acomodação									
POSTO 100	121830 POSTO 100 - APTO 120									
Leito	APT-120 1									
Guia	Procedimento									
INTERNACAO	9996666 INTERNACAO									
38974										

TERMO DE RESPONSABILIDADE

O paciente (ou responsável), Sr(a) FATIMA CRISTIANE ARRUDA DE ASSIS, aqui declarado, dá plena autorização ao seu médico assistente fazer as investigações necessárias ao diagnóstico, e executar tratamentos, operações, anestésias, transfusões de sangue, ou outras condutas médicas que venham de encontro às necessidades clínico-cirúrgicas do caso, bem como comprometendo-se a observar as instruções que lhe forem fornecidas, inclusive quanto a imprevistos oriundos da eventualidade ou da não estar ciente das complicações inerentes ao ato cirúrgico abaixo.

- 1) *Fatima de Pontes*
 - 2)
 - 3)
- Responsável: FATIMA CRISTIANE ARRUDA DE ASSIS
Endereço: ZENILDA LIRA FERREIRA DE MORAIS, 198 Bairro SÃO MIGUEL, SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE-PE
Telefone: 8192185954

CAMPINA GRANDE, 30 de Março de 2019

Joeliton Sousa
JOELITON SOUSA GOMES
Responsável pelo Atendimento

Fatima de Pontes
FATIMA CRISTIANE ARRUDA DE ASSIS
Responsável pelo Paciente



Centro Hospitalar João XXIII
Sistema de Assistência Social e de Saúde



EVOLUÇÃO MÉDICA

NOME DO PACIENTE

QUARTO/LEITO

DATA DE ADMISSÃO

CONVÊNIO

PRONTUÁRIO

DATA

EVOLUÇÃO

30/09/19

Onbpedis

Pete coletada em frasco do penho

CO. Ao centro cirurgico às 13h

Dr. Felipe Cury dos
Santos
CRM 13.132



27

DATA:	HORAS:	EVOLUÇÃO (ASS. DO TÊC. DE ENFERMAGEM + CARIMBO)
30.03	14h	Paciente admitido para procedimento diagnóstico
30.03	14h	Paciente apresenta consciência e orientado, etc, em fase aguda de dor abdominal, com intensidade de 8/10, com foco em epigastrio, com irradiação para a região da cintura escapular esquerda, com presença de náusea e vômito. Exame físico: sem alterações significativas. Exames laboratoriais: hemograma normal, função renal normal, função hepática normal. Exames de imagem: ultrassom abdominal normal. Tratamento: analgésico, antiemético, hidratação. Evolução: paciente evolui satisfatoriamente, com melhora dos sintomas. Encaminhado para observação em enfermaria.
31.03	08h	Paciente apresenta melhora dos sintomas, com dor abdominal em fase de remissão. Exame físico: sem alterações significativas. Exames laboratoriais: hemograma normal, função renal normal, função hepática normal. Exames de imagem: ultrassom abdominal normal. Tratamento: analgésico, antiemético, hidratação. Evolução: paciente evolui satisfatoriamente, com melhora dos sintomas. Encaminhado para observação em enfermaria.

Raissa Brito de S. Oliveira
Téc. de Enfermagem
COREN-PR 1002561

Frascos para dieta				
Agulha de Insulina	01			
Agulha desc. Para glicemia				
Algodão Ortopédico				
Bolsa de colostomia	01			
Bureta (micrófix)				
Cateter nasal				
Coletor de urina (sist. Fechado)				
Coletor de urina (para incont. Masculina)				
Equipo de macrogotas				
Equipo de microgotas				
Equipo de PVC (prvenofix)				
Equipo Fotosensível(branco/ laranja)				
Esparadrapo				
Faixa de Crepon(10 cm)				
Faixa de crepon (15 cm)				
Tira pra Glicemia Advantage II	01			
Gaze (pacote)				
Intracath				
Jelco(angiocath)				
Luva estéril	01			
Luva de Procedimento	03			
Micropore				
Scalp 19,21 e 23				
Seringa descartável (3 ml)				
Seringa descartável (5 ml)	01			
Seringa descartável (10 ml)	01			
Seringa descartável (20 ml)	01			
Sonda Enteral				
Sonda foley				
Sonda nasogástrica				
Sonda Retal				
Sonda ureteral				
Torneira de 3 vias				
Agua oxigenada (curativo/ lavagem)				
Vaselina				
Soro fisiológico (para curativo	950ml			
Xilocaína Gel (para sonda)				
Xilocaína/sonda (para pass de cateter)				
Tubo endotraqueal nº				
Fio de sutura nº				
Fio para tubo				
Faixa para tubo				
Outros				

MATERIAIS DESCARTÁVEIS

Sistema de Assistência Social e de Saúde

Centro Hospitalar João XXIII



Materials

Materials

Convênio:

Convênio:

Tarde

Notte

Auditor

Convenio: Johny Court





Centro Hospitalar João XXIII

Sistema de Assistência Social e de Saúde

SAS

DESCRIÇÃO CIRÚRGICA

PACIENTE: Fátima Vitorino Adriano CONVÊNIO: _____ AP/ENF: _____ LEITO: _____
DATA: 30/03/19 CIRURGIÃO: Dr. Felipe Guedes
1º AUXILIAR: _____ 2º AUXILIAR: _____
3º AUXILIAR: _____ INSTRUMENTADOR: Carlos André
ANESTESISTA: Dra. Vanessa TIPO DE ANESTESIA: _____
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO: _____

Fratura do punho

TIPO DE CIRURGIA:

Osteossintese do punho

USO DO OPME:

DIAGNÓSTICO PÓS-OPERATÓRIO:

ACIDENTE CIRÚRGICO:

RELATÓRIO DE PATOLOGIA:

EXAME RADIOLÓGICO NO ATO:

OUTRAS OBSERVAÇÕES:

DESCRIÇÃO OPME

DESCRIÇÃO DOS ITENS UTILIZADOS E AS RESPECTIVAS QUANTIDADES

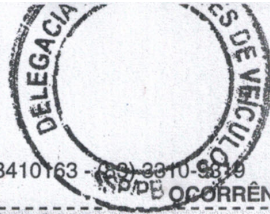
- 1) Ponto do ventral 2) Arreia teórica estéril
- 3) Imo volar placa ao lado do punho
- 4) Placa por placa
- 5) Medula de fêmur do lado direito
- 6) Saco com um plano e parafusos 7) Lâmina um 15,9
- 8) Lâmina teórica

Dr. Felipe Guedes
Ortopedia e Traumatologia
CRM-PR 1431
Rég. 26.91025





GOVERNO DO ESTADO DA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
2ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA
DELEGACIA DE ACIDENTES E
Rua Raimundo Nonato de Araújo, S/N - Catolé - Campina Grande - 58410-63 - (031) 3310-9829



CERTIDÃO DE OCORRÊNCIA POLICIAL

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo os Registros de Ocorrências Policiais deste Órgão, encontrei a Ocorrência de Nº 000122/19 registrada em 06/06/2019, que passo a transcrever na íntegra: Aos seis dias do mês de junho do ano de 2019, nesta cidade de Campina Grande, estado da Paraíba no Cartório de Registro de Ocorrência da DELEGACIA DE ACIDENTES E VEICULOS, quando encontrava-se presente a Bela. JOSEFA ALVES DE ASSIS, Delegada de Polícia, comigo Escrivão do seu cargo, ao final assinado e declarado, ai, por volta das 08:52 horas, compareceu a Sra. FÁTIMA CRISTIANE ARRUDA DE ASSIS, com 39 anos de idade, filha de RAIMUNDO DOCA RAMOS e MARIA DAS DORES ARRUDA RAMOS, de nacionalidade BRASILEIRA, natural de CAMPINA GRANDE - PB, Solteira, escolaridade Medio Completo, profissão AGRICULTORA, portadora da Cédula de Identidade Nº 6146251, expedido pela SSP-PE, com C.P.F. de Nº 03580433440, residindo à rua ZENILDE LIRA PEREIRA DE MORAIS, 97, bairro CENTRO, na cidade de SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE - PE.

Declarou que:

Afirma a comunicante, que por volta das 12h30min do dia 29.03.2019, estava trafegando pela Rua Zenilda Lira Ferreira de Moraes, na área central de Santa Cruz do Capibaribe/PE, conduzindo a motocicleta HONDA/POP 110 I, ano/modelo 2015/2016, cor branca, chassi nº 9C2JB0100GR107465, de placa PCH-1854/PB, licenciada em nome de Sueli Barbosa de Queiroz Ramos, quando ao entrar na Avenida localizada próximo a Praça do Céu foi surpreendido por um veículo de marca, placa e outras características não identificadas, inclusive o condutor, que estava estacionado irregularmente, com uma das portas abertas, sendo inevitável a colisão e em decorrência do impacto a comunicante foi jogada ao solo, sofrendo trauma no punho esquerdo com fratura exposta, sendo socorrida pelo SAMU e encaminhada para o hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande/PB, onde foi submetida a tratamento cirúrgico, conforme documentos apresentados nesta Delegacia; Que, não foi realizada nenhuma perícia técnica no local por parte dos Policiais da Companhia de Trânsito; Que, no momento do acidente não chovia e a visibilidade do local era boa; Que, a comunicante manifesta o desejo de não representar criminalmente contra o condutor do veículo envolvido no acidente, caso o mesmo seja identificado. Nada mais havendo a tratar, ciente o declarante das implicações legais contidas no artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lido e achado conforme, expeço a presente certidão. O referido é verdade e dou FÉ.

Campina Grande, Quinta-feira, 6 de Junho de 2019

Fátima Cristiane Arruda de Assis
FÁTIMA CRISTIANE ARRUDA DE ASSIS

Declarante

José Alberto do Nascimento
JOSÉ ALBERTO DO NASCIMENTO

Escrivão





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 18 de Agosto de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190455560

Vítima: FATIMA CRISTIANE ARRUDA DE ASSIS

Data do Acidente: 29/03/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), FATIMA CRISTIANE ARRUDA DE ASSIS

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 1.687,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos punhos

25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 =

R\$ 1.687,50

Recebedor: **FATIMA CRISTIANE ARRUDA DE ASSIS**

Valor: **R\$ 1.687,50**

Banco: **104**

Agência: **1038**

Conta: **0000023369-4**

Tipo: **CONTA POUPANÇA**

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADES
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME
FATIMA CRISTIANE ARRUDA DE ASSIS

DOC. IDENTIDADE / ÓRG. EMISSOR / UF
6146251 SDS PE

CPF
035.804.334-40

DATA NASCIMENTO
12/03/1980

FILIAÇÃO
RAIMUNDO DUCA RAMOS
MARIA DAS DORES
ARRUDA RAMOS

PERMISSÃO
ACC
CAT. HAB.
A.B.

Nº REGISTRO
05963859876

VALIDADE
11/05/2020

1ª HABILITAÇÃO
23/12/2013

OBSERVAÇÕES
sem observações

Fatima Cristiane A. de Assis

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL
SANTA CRUZ DO CAPIBARIBE - PE

DATA EMISSÃO
18/09/2015

ASSINATURA DO EMISSOR
44160550406
PE066404720

DETRAN - PE (PERNAMBUCO)

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
1107100996

PROIBIDO PLASTIFICAR
1107100996



EDSON CEZAR DE SOUZA CANTALICE
RUA HENRIQUE SALES MONTEIRO 100 BL 03 Q 08 AP 404 - STA CRL
CEP 58417-050 - CAMPINA GRANDE / PB (AG: 401)



Classe/Subcls.: RESIDENCIAL/RESIDENCIAL / Monofásica
Roteiro: 011-0401-738-0196
Nº do Medidor: 00007947930
Referência: FEV/19
Emissão: 19/02/2019

ENERGISA BORBOREMA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BR 230 - KM 158 - Alça Sudoeste - Três Irmãs - Campina Grande / PB - CEP 58423-700
CNPJ 08.826.596/0001-95 Insc.Est. 16.003.839-1

Nota Fiscal/Conta de Energia Elétrica

Nº 003.063.495

Atendimento ao Cliente ENERGISA
Ao ligar, tenha sempre em mãos a conta.



0800 023 0196

ligação gratuita

Acesse: www.energisa.com.br

Identificador para Débito Automático: 00000740407

UC - UNIDADE CONSUMIDORA

4/74040-7

Indicadores de Qualidade 12/2018 - Conjunto BELA VISTA

LIMITES DA ANEEL	APURADO	LIMITE DE TENSÃO (V)
DIC MENSAL 5,31	1,98	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL 10,62		CONTRATADA
DIC ANUAL 21,25		LIMITE INFERIOR 202
FIC MENSAL 3,36	1,00	LIMITE SUPERIOR 231
FIC TRIMESTRAL 6,72		
FIC ANUAL 13,5		
DMIC 3,03	1,98	
DICRI 12,22		

DIC: nº de horas que o cliente ficou sem energia. FIC: nº de vezes que o cliente ficou sem energia. DMIC: duração, em horas, da maior interrupção de energia no período. DICRI: Duração da Interrupção Individual ocorrida em dia crítico. Possíveis valores individuais apurados acima dos padrões nesta unidade consumidora implicarão direito à compensação. É direito do consumidor solicitar, a qualquer tempo, a apuração dos indicadores de qualidade.

DADOS DO CLIENTE

EDSON CEZAR DE SOUZA
CANTALICE
RUA HENRIQUE SALES MONTEIRO
100 BL 03 Q 08 AP 404
CAMPINA GRANDE
CNPJ/CPF/RANI 9934317710

COMPOSIÇÃO DO CONSUMO

DISCRIMINAÇÃO	VALOR (R\$)	%
SERVIÇO DE DISTRIBUIÇÃO DA	7,35	21,28
COMPRA DE ENERGIA	12,29	35,59
SERVIÇO DE TRANSMISSÃO	1,56	4,52
ENCARGOS SETORIAIS	2,24	6,49
IMPOSTOS DIRETOS E ENCARGOS	11,09	32,12
OUTROS SERVIÇOS	0,00	0,00
TOTAL	34,53	100,00

- Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição (Ref 12/2018): R\$ 10,39

CONTA REFERENTE A

FEV/19

ANTERIOR		ATUAL				
DATA	LEITURA	DATA	LEITURA	CONSTANTE	CONSUMO	DIAS
18/01/19	22089	18/02/19	22135	1	46	31

APRESENTAÇÃO

21/02/2019

DATA PREVISTA DA PRÓXIMA LEITURA

19/03/2019

DEMONSTRATIVO

CCI	Descrição	Quantidade	Tarifa c/ Tributos	Valor Total (R\$)	Base Calc. ICMS (R\$)	Aliq. ICMS	ICMS (R\$)	Base Calc. Pis/COFins (R\$)	PIS (R\$) (0,9985%)	COFINS (R\$) (4,5993%)
0601	Consumo em kWh	46,000	0,733710	33,75	33,75	25	8,43	33,75	0,33	1,55
	<u>LANÇAMENTOS E SERVIÇOS</u>									
0804	JUROS DE MORA 01/2019			0,13	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00
0805	MULTA 01/2019			0,65	0,00	0	0,00	0,00	0,00	0,00

CCI: Código de Classificação do Item	Total:	34,53	33,75	8,43	33,75	0,33	1,55
--------------------------------------	--------	-------	-------	------	-------	------	------

ATENÇÃO

- Reajuste Tarifário-Vigência: 04/02/19-Res. ANEEL nº 2.512-Alta Tensão: 3,81% Médio
- Reajuste Tarifário-Vigência: 04/02/19-Res. ANEEL nº 2.512-Baixa Tensão: 4,60% Médio

Média últimos meses (kWh)

46

VENCIMENTO

28/02/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 34,53

HISTÓRICO DE CONSUMO (kWh)

42	40	39	39	38	39	42	39	45	42	45	46
FEV/18	MAR/18	ABR/18	MAI/18	JUN/18	JUL/18	AGO/18	SET/18	OUT/18	NOV/18	DEZ/18	JAN/19

Reservado ao FISCO

9f52.be63.1949.c7e3.9d1b.9a89.7149.595d



DESTAQUE AQUI

Borborema

EDSON CEZAR DE SOUZA CANTALICE

Roteiro: 011-0401-738-0196

83600000000-7 34530147000-0 00740402019-5 02100401019-1



VENCIMENTO	TOTAL A PAGAR	MATRÍCULA
2019	R\$ 34,53	74040-2019- 02-1

Assinado eletronicamente por: INACIO BRUNO SARMENTO - 18/09/2019 15:42:51

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19091815424890000000023758332>

Número do documento: 19091815424890000000023758332

Num. 24541724 - Pág. 2

Energisa e Você

ENERGIA ELÉTRICA NÃO É BRINCADEIRA.

USE COM SEGURANÇA E EVITE ACIDENTES COMO CHOQUE ELÉTRICO.

Enxugue as mãos antes de mexer em eletrodomésticos e aparelhos elétricos.

Cuidado na hora de construir ou reformar. Fique longe da rede elétrica e mantenha vergalhões, barras de ferro, andaimes, escadas e outros materiais metálicos afastados de postes e fios de energia.

Afaste-se de fios caídos no chão. É perigoso, por isso você não deve tocá-los. É melhor comunicar à equipe da Energisa.



Para consertar qualquer aparelho eletrodoméstico, leve a uma assistência.

Jamais tente recuperar pipas enroscadas nos fios de energia. Aliás, para soltar pipa com segurança, escolha um lugar longe da rede elétrica.

Antenas de televisão não podem ser instaladas nas proximidades da rede elétrica.

Qualquer serviço em instalações elétricas deve ser feito somente por profissionais. Contrate um eletricitista.

Energisa, sempre perto de você.

Pelo telefone 0800 023 0196. Pelo site: www.energisa.com.br

Você pode pagar sua fatura de energia nos seguintes lugares:

Locais para pagamento das contas de energia - Grupo A
Qualquer agência bancária utilizando a ficha de compensação.

Locais para pagamentos das contas de energia - Grupo B

Bancos: (Débito Automático): BANCO DO BRASIL / BANCOOB - SICOOB / BRADESCO / CAIXA ECONÔMICA FEDERAL / ITAÚ / SANTANDER / SICREDI

Agentes credenciados

BANCO DO BRASIL (CORRESPONDENTES BANCÁRIOS - PAGFÁCIL - BANCO POSTAL) / BNB / BRADESCO (CORRESPONDENTES BANCÁRIOS) /

BRINKS E-PAGO / BANCOOB - SICOOB / CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CASAS LOTÉRICAS E CAIXAAQUÍ) / SICREDI / TRIBANCO

Autoatendimento e internet

BANCO DO BRASIL / BRADESCO / BANCOOB - SICOOB / BNB / CAIXA ECONÔMICA FEDERAL / ITAÚ / SANTANDER / SICREDI

CALL CENTER

0800 023 0196

24hs
ligação
gratuita

Internet: www.energisa.com.br

Deficiente Auditivo
e/ou de Fala: **0800 086 1234**

Ouvidoria Energisa: **0800 083 8484**

(horário comercial) - Necessário ter o número do protocolo de atendimento

ARPB - Agência de Regulação do Estado da Paraíba

0800 727 0167 (ligação gratuita de telefones fixos e móveis)

ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica)

167 (ligação gratuita de telefones fixos e móveis)

Informações sobre condições gerais de fornecimento, tarifas, produtos, serviços prestados e impostos encontram-se à disposição para consulta em nossas agências.

FIQUE ATENTO!

Pagando sua conta em dia, você evita cobrança de multa de 3%, atualização monetária com base na variação do IGP-M, juros de 1% ao mês, corte no fornecimento de energia e demais transtornos.

O pagamento desta fatura não quita débitos anteriores. Somente haverá quitação da fatura paga com cheque após a compensação do mesmo.

Caso não efetue o pagamento de sua conta de luz até a data do vencimento, uma vez vencida, você estará sujeito a inclusão de seu nome nos órgãos de proteção ao crédito (SPC, SERASA e SCPC), e também estará sujeito ao protesto do documento junto aos órgãos competentes.

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA

AUTENTICAÇÃO MECÂNICA



Assinado eletronicamente por: INACIO BRUNO SARMENTO - 18/09/2019 15:42:51

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19091815424890000000023758332>

Número do documento: 19091815424890000000023758332

Num. 24541724 - Pág. 3

PROCURAÇÃO AD JUDICIA E EXTRA JUDICIAL

OUTORGANTE: Fátima Cristiane Arruda de Assis, brasileiro (a),
solteira, complementar portador da Cédula de Identidade nº:
0146251, inscrito no CPF nº: 035.1804.1334140, residente e domiciliado
na Rua Hummingbird Sales Monteiro, Nº 100, Bairro, Santo Cruz,
na CE Cidade Campina Grande de PB, CEP
53417-050, FONE _____.

OUTORGADO: INÁCIO BRUNO SARMENTO, brasileiro, casado, advogado inscrito na
OAB/PB sob nº 21.472, com endereço profissional na Rua: **Dinamarca Alves Correia,**
1020, loja 02, Dinamarca, na Cidade de **Campina Grande/PB, 3334-1289/99988-**
5048/98769-2274.

PODERES: Poderes para o foro em geral, a fim de defender os interesses e direitos
do Outorgante perante qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, inclusive perante esta
Douta Vara, propondo Ações competentes em que o Outorgante seja autor ou
reclamante, defendendo-o quando for Réu, Interessado ou Requerido, podendo
reclamar, conciliar, desistir, transigir, acordar, recorrer, receber e dar quitação,
confessar, firmar compromisso, prestar declarações, renunciar direitos, bem como
substabelecer a presente com ou sem reservas de poderes, se assim lhes convier,
praticarem todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato,
ao qual dar como firme e valioso, enfim praticar todos os atos previstos no art.105 do
Novo Código de Processo Civil com redação dada pela Lei nº 8.952 de 13.12.94 e art.
5º, § 2º da Lei nº 8906, de 04.07.94 (Estatuto da Advocacia e da Ordem dos
Advogados do Brasil).

CONTRATO: O Outorgante obriga-se a pagar ao outorgado, a título de verba honorária
advocatória remuneratória pelos serviços prestados, ora contratados, a importância de 30%,
calculados sobre o valor da causa, da condenação ou do acordo celebrado.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIENCIA DE RENDIMENTOS

A parte outorgante, conhecedora dos termos da Lei nº 1.060/50, declara que é pobre
na forma da lei e que não tem condições de dar prosseguimento à demanda judicial
sem comprometimento da subsistência de sua vida e de sua família.

Campina Grande/PB, 18 de Setembro de 2019.

Fátima Cristiane A. de Assis
Outorgante/Declarante

Rua Dinamarca Alves Correia, nº1020, loja 02,
Dinamarca, Campina Grande - PB. CEP: 58400-000.
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048 / 987692274
E-mail: inaciobrunoadv@gmail.com



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA
CIVIL DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB.**

FATIMA CRISTIANE ARRUDA DE ASSIS, brasileira, solteira, agricultora, portador do RG de nº 6146251, e CPF de nº 035.804.334-40 residente e domiciliado na Rua Henrique Sales Monteiro, nº 100, Bairro: Santa Cruz na Cidade de Campina Grande/PB, por intermédio do seu bastante procurador que esta subscreve, com escritório profissional localizado no endereço que consta no preâmbulo desta, onde deverá receber as intimações, vem perante V. Ex^a, propor o presente:

ACÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT.

COMPLEMENTO

Em face de: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGUROS DPVAT**, podendo ser citada através de seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º andar, Rio de Janeiro - RJ, CEP-20.031.205, CNPJ 09.248.608.0001-04 expondo e ao final requerendo o seguinte:

AB INITIO, diante da situação financeira em que se encontra o Promovente requesta inicialmente a Justiça Gratuita de tal forma a poder ter acesso a Justiça e fazer valer o direito de igualdade.

É cediço que para que tenha eficácia o pedido de assistência judiciária gratuita, nada basta além do simples pedido, expondo a impossibilidade do constituinte em custear as despesas processuais, proferido em petição inicial, conforme preceitua a Lei de nº. 1.060, de 05.02.1950 do Código de Processo Penal em seu art. 4º *caput*.

DA AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO OU DE CONCILIAÇÃO

Considerando a necessidade de produção de provas no presente feito, bem como a política atual de acordo zero adotada pela parte Ré, a parte autora vem manifestar, em cumprimento ao **art. 319, inciso VII do NCPC/2015**, que não há interesse na realização de audiência de conciliação ou mediação, haja vista a iminente ineficácia do



procedimento e a necessidade de que **ambas as partes** dispensem a sua realização, conforme previsto no **art. 334, §4º, inciso I, do NCPC/2015.**

DOS FATOS E DOS DIREITOS

O autor foi vítima de acidente, automobilístico - fato ocorrido no dia 29.03.2019, quando estava trafegando pela Rua Zenilda Lira Ferreira de Moraes, na área central de Santa Cruz do Capibaribe/PE, conduzindo a motocicleta Honda/POP 110 l, ano/modelo 2015/2016, cor branca, chassi de nº 9C2JB0100GR107465, de placa PCH 1854/PB, quando ao entrar na Av. localizada próximo à praça céu foi surpreendido por um veículo de marca, placa, e outras características não identificadas, inclusive condutor, que estava estacionado irregularmente com uma das portas abertas, sendo inevitável a colisão e em decorrência do impacto a autora foi jogada ao solo, sofrendo lesões graves, sendo socorrida e encaminhada e sendo encaminhado para o Hospital de Emergência e Trauma de Campina Grande, conforme descrito em prontuário medico, atestado medico e no Boletim de Ocorrência em anexo, da Polícia.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes ao Autor, tais como o como **FRATURA EXPOSTA DE PUNHO ESQUERDO, SENDO SUBMETIDO A CIRURGIA DE OSTEOSÍNTESE (PLACAS/PINOS/PARAFUSOS)**, devido ao acidente, o que sem duvidas resultou no comprometendo total do membro, conforme se observa nos laudo médicos acostados aos autos e pericia a ser realizada.

Acontece que a parte autora, buscou seus direitos pela via administrativa, recebendo um valor irrisório de **R\$ 1.687,50 (MIL, SEISCENTOS E OITENTA E SETE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)**, conforme demonstrativo de pagamento da Seguradora Líder em anexo.

Destarte, o valor recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista, que a redução funcional/invalidez dos membros supra mencionado corresponde ao valor Máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme tabela DPVAT, descrita em lei especial.

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de



acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz *jus* à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vítima:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;

III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susomencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometeram e o registro de ocorrência no órgão policial competente, **estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:**

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. DPVAT. INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO

Rua: João Sérgio de Almeida, nº800 –B, Severino Cabral,
Bodocongó, Campina Grande – PB. CEP: 58430-340.
Fones: (83) 3334-1289 / 99988-5048/ 987692274
E-mail: inaciobrunoadv@gmail.com



DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro DPVAT na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. 3. A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74,

DO REQUERIMENTO:

Pelo Exposto, requer a V.Ex.a., com fundamento no art. 186 do Código Civil Pátrio, c/c, no art. 5º, da Lei n. 6.194/74, requerer a procedência da presente, para o fim de condenar a requerida, a complementação do pagamento da indenização em epígrafe, **fundada no valor de R\$ 11.812,50 (ONZE MIL, OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS) referente ao DPVAT**, face a invalidez sofrida pelo autor, que veio a comprometer a função do adquirida através de acidente de trânsito, requerendo ainda o seguinte:

01- que Seja citada a Promovida, no endereço declinado na exordial, para contestar no prazo legal, sob pena de revelia e confissão;

02- Seja designada audiência de conciliação, não havendo proposta de acordo em ato contínuo em conformidade com **o rito especial imposto a lide**, tenha início a instrução e julgamento;

03 - Protesta provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos especialmente nas provas documentais, que serão apresentadas independentemente de intimação;



04- seja intimado o autor para ser inquirido nos autos, e com base na Súmula 54 do STJ, que o valor da condenação seja acrescido de juros e correção monetária retroativo a data do sinistro;

05- com fundamento no Art. 246, I do Código de Processo Civil Pátrio, seja a promovida, citada através de AR- (Correios e Telégrafos);

06- seja a demandada condenada em 20%, sobre o valor da condenação, referente à honorários advocatícios, e, sejam intimadas as testemunhas arroladas a prestarem depoimento sob as penas da lei;

07- não necessitando que seja oficiado a SEGURADORA LIDER para remeter copia do processo administrativo, pois seguem e anexo copias das documentações;

08- Não precisando que seja intimada a direção da casa hospitalar onde o autor, ora paciente, foi atendido para disponibilizar prontuário, pois os mesmos já encontra-se em anexo;

09 – **requer a produção de prova pericial**, oficiando o NUMOL/PERITO a ser nomeado por V. Excelência, visto que tal exame torna-se imprescindível para o julgamento da presente demanda;

Finalmente requer a gratuidade da Justiça nos termos do art.2º da Lei n. 1060/50, por ser o mesmo pobre na forma da lei;

Dá-se a presente o valor de **R\$ 11.812,50 (ONZE MIL, OITOCENTOS E DOZE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)** para efeitos meramente fiscais.

Nestes termos,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande - PB, em 18 de Setembro de 2019.

INACIO BRUNO SARMENTO
- Advogado - OAB/PB 21.472



QUESITOS PARA INFORMAÇÃO SOBRE INVALIDEZ PERMANENTE

Conforme o Código de Ética Médica nos seus artigos 59; 83; 102; 112, Para fins de perícia médico-legal e no resguardo dos interesses da Justiça e do próprio paciente, presta as seguintes informações:

PACIENTE:_____.

1) O PACIENTE FOI ATENDIDO NO DIA ____/____/____, por volta das _____ horas, apresentando ferimento produzido por ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO.

2) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE PERIGO DE VIDA (), de que forma?

_____.

3) DAS LESÕES SOFRIDAS HOUVE SEQÜELAS PERMANENTES, QUANTIFICAR A INVALIDEZ DO PONTO DE VISTA FUNCIONAL? (MENCIONAR O MEMBRO, SENTIDO, ÓRGÃO OU FUNÇÃO PERMANENTEMENTE DEBILITADOS):_____

_____.

4) EXISTEM SEQUELAS RESIDUAIS?

_____.

5) SE A INVALIDEZ OU DEBILIDADE DO AUTOR É EM GRAU - MÍNIMO, MÉDIO, OU, GRAVE?

_____.

Sem mais, em ____/____/_____.

(Assinatura – carimbo – CRM)





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível de Campina Grande

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0823828-34.2019.8.15.0001

DESPACHO

Vistos, etc.

O STJ pacificou entendimento quanto à imprescindibilidade de se aplicar a tabela anexa à Lei do DPVAT, em qualquer hipótese.

Pelo documento de Id 24541722, resta claro que, administrativamente, a autora foi enquadrada em "perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar", o que importaria em pagamento de 25% do valor máximo (R\$ 13.500,00), mas considerou-se que não houve perda completa, ou seja, que não há incapacidade parcial completa, mas incompleta, e que a perda foi de repercussão média (art. 3º, parágrafo primeiro, inciso II, da Lei nº 6.194/74), ou seja, pagamento de 25% dos 25% devidos para perda total.

Pela narrativa da inicial, a promovente foi vítima de fratura exposta de punho esquerdo, sendo submetida a cirurgia de osteossíntese (placas/pinos/parafusos). Diz que recebeu administrativamente R\$ 1.687,50 e pretende, aqui, perceber ainda R\$ R\$ 11.812,50, o que somado ao que já recebeu totalizaria o valor máximo de R\$ 13.500,00, quantia que, segundo a tabela DPVAT, só é paga nas hipóteses de:

Danos Corporais Totais	Percentual
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	



Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental	100
alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre	
deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)	
comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	

Ocorre que, da narrativa da inicial, não existe uma linha explicando porque a parte deveria receber o valor máximo se a documentação médica apresentada não faz nenhuma referência aos seguimentos acima referidos. Nem tão pouco explica a razão pela qual o enquadramento feito administrativamente está equivocados. Ou seja, não há causa de pedir, nem tão pouco da narrativa decorre logicamente o pedido.

Nos termos do art. 321 do CPC, o juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado;

Pelo exposto, intime-se a parte autora para emendar a petição inicial, em até 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento:

a) apontando o seguimento da tabela onde entende que deve ser enquadrado de maneira a justificar recebimento em valor máximo (R\$ 13.500,00), bem como Id onde se encontra documento médico que abalaze esse entendimento e/ou justificar da maneira que entenda pertinente;



b) caso não identifique seguimento da tabela onde possa ser enquadrado, de acordo com a sua situação atual, a possibilitar o recebimento de valor máximo (R\$ 13.500,00), apontar o seguimento que efetivamente representa a situação atual do autor no que diz respeito aos danos corporais apresentados, bem como diferença eventualmente devida, de acordo com esse enquadramento;

c) explicar por qual razão o enquadramento da seguradora feito administrativamente não está correto.

Campina Grande (PB), 20 de setembro de 2019.

Andréa Dantas Ximenes - Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível de Campina Grande

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0823828-34.2019.8.15.0001

DESPACHO

Vistos, etc.

O STJ pacificou entendimento quanto à imprescindibilidade de se aplicar a tabela anexa à Lei do DPVAT, em qualquer hipótese.

Pelo documento de Id 24541722, resta claro que, administrativamente, a autora foi enquadrada em "perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar", o que importaria em pagamento de 25% do valor máximo (R\$ 13.500,00), mas considerou-se que não houve perda completa, ou seja, que não há incapacidade parcial completa, mas incompleta, e que a perda foi de repercussão média (art. 3º, parágrafo primeiro, inciso II, da Lei nº 6.194/74), ou seja, pagamento de 25% dos 25% devidos para perda total.

Pela narrativa da inicial, a promovente foi vítima de fratura exposta de punho esquerdo, sendo submetida a cirurgia de osteossíntese (placas/pinos/parafusos). Diz que recebeu administrativamente R\$ 1.687,50 e pretende, aqui, perceber ainda R\$ R\$ 11.812,50, o que somado ao que já recebeu totalizaria o valor máximo de R\$ 13.500,00, quantia que, segundo a tabela DPVAT, só é paga nas hipóteses de:

Danos Corporais Totais	Percentual
Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	



Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	100	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental		
alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre		
deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)		
comprometimento de função vital ou autonômica		
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital		

Ocorre que, da narrativa da inicial, não existe uma linha explicando porque a parte deveria receber o valor máximo se a documentação médica apresentada não faz nenhuma referência aos seguimentos acima referidos. Nem tão pouco explica a razão pela qual o enquadramento feito administrativamente está equivocados. Ou seja, não há causa de pedir, nem tão pouco da narrativa decorre logicamente o pedido.

Nos termos do art. 321 do CPC, o juiz, ao verificar que a petição inicial não preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 ou que apresenta defeitos e irregularidades capazes de dificultar o julgamento de mérito, determinará que o autor, no prazo de 15 (quinze) dias, a emende ou a complete, indicando com precisão o que deve ser corrigido ou completado;

Pelo exposto, intime-se a parte autora para emendar a petição inicial, em até 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento:

a) apontando o seguimento da tabela onde entende que deve ser enquadrado de maneira a justificar recebimento em valor máximo (R\$ 13.500,00), bem como Id onde se encontra documento médico que abalize esse entendimento e/ou justificar da maneira que entenda pertinente;



b) caso não identifique seguimento da tabela onde possa ser enquadrado, de acordo com a sua situação atual, a possibilitar o recebimento de valor máximo (R\$ 13.500,00), apontar o seguimento que efetivamente representa a situação atual do autor no que diz respeito aos danos corporais apresentados, bem como diferença eventualmente devida, de acordo com esse enquadramento;

c) explicar por qual razão o enquadramento da seguradora feito administrativamente não está correto.

Campina Grande (PB), 20 de setembro de 2019.

Andréa Dantas Ximenes - Juiz(a) de Direito



Petição em anexo.



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE CAMPINA GRANDE-PB.**

Processo nº **0823828-34.2019.8.15.0001**

FATIMA CRISTIANE ARRUDA DE ASSIS, já qualificada nos autos da Ação de Indenização Seguro DPVAT, que move em face da **SEGURADORA LÍDER** por seu procurador subscrito, vem respeitosamente, à presença de Vossa Excelência emendar a petição e requerer no tocante ao R. Despacho:

Insta Ressaltar que a parte promovente apenas juntou a documentação médica do acidente, devido não possuir meios financeiros de arcar com consultas médicas para emissão de laudos que quantifiquem a sua lesão, devido comprometer seu próprio sustento. Porém da documentação médica se extrai lesões ocorridas que geram sequelas específicas e objetivas, porém só quantificadas suas porcentagem através de uma perícia médica, bem como o Órgão do IML, que não possuem médico ortopedista capacitado para realização de tal avaliação, na cidade de Campina Grande.

A Juntada do prontuário médico relata **FRATURA EXPOSTA DE PUNHO**, onde autor passou por cirurgia, onde no relatório consta que houve fixação da fratura com **PLACAS E PARAFUSOS (RELATORIO DE CIRURGIA)**.

Nobre julgador, ressaltar que da lesão não há sequelas de uma fratura de PUNHO, que foi reduzida anatomicamente com uma cirurgia com **PLACAS/PINOS E PARAFUSOS**, é inadmissível. Uma pessoa que passa por uma cirurgia para inclusão de placas e parafusos em um membro, não terá a mesma estrutura qual detinha anteriormente, ressaltando que lesões em parte dos membros, podem chegar a afeta-lo de um modo geral ou parcialmente a sua funcionalidade, como por exemplo na lesão da autora (mão/rotação e etc.



DESCRIÇÃO OPME	
DESCRIÇÃO DOS ITENS UTILIZADOS E AS RESPECTIVAS QUANTIDADES	
1) Parafuso de suspensão	2) Aranha temporária estéril
3) Lâmina para placa	4) Placa para placa
5) Produto de fixação do bico do dente	6) Lâmina com placa e parafusos
7) Lâmina com placa	8) Lâmina com placa

Desse modo ressaltasse os seguimentos da tabela qual o autor se enquadra:

Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	2	R\$ 3.375,00	R\$ 2.531,25	R\$ 1.687,50	R\$ 843,75	R\$ 337,50
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo						
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral						
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70	R\$ 9.450,00	R\$ 7.087,50	R\$ 4.725,00	R\$ 2.362,50	R\$ 945,00
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores						

Diante das lesões da parte autora, emendasse o valor da causa para o teto máximo que a parte autora tem direito ao complemento que é correspondente a sua lesão que é de **R\$ 7.762,50 (sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).**

Toda via é indiscutível a especificação da % da perda dentro da tabela da Lei 11.482/2007, devido a quantificação de perda seja ela parcial ou total, pois quem possui aptidão e capacidade técnica para tal é um médico com especialidade em neurologista para quantificar a lesão e sua invalidez permanente, porém o autor não possui capacidade econômica para arcar com tais despesas para elaboração de um laudo médico que ateste a sua invalidez, motivo pelo qual requer a perícia judicial para resguardar direito do autor de acesso à justiça conforme prevê a Constituição Federal de 1988 no artigo 5º, XXXV: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito;”

É cediço que a Lei nº 11.482/2007 deu nova redação ao art. 3º da Lei de Regência, estabelecendo novo valor para indenização por invalidez permanente, qual seja, o *quantum* de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Por outro lado, não se pode olvidar que com o advento da Lei nº 11.945/2009, o pagamento de indenização do seguro DPVAT para os casos de invalidez do beneficiário passou a ser feito com estrita observância ao grau de lesão experimentado pelo segurado, grau esse que só poderá ser objetivamente mensurado com a perícia médica judicial.



Em outras palavras, a quantificação das lesões passou a ser imprescindível para fixação do *quantum* relativo à indenização do seguro DPVAT, tanto é assim que o Colendo STJ editou a Súmula 474, que tem o seguinte enunciado: “*A indenização do seguro DVPAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau de invalidez*”.

Os Tribunais de Justiça vêm adotando este mesmo parâmetro, consoante se vê do seguinte aresto.

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT-
INVALIDEZ PERMANENTE - AFERIÇÃO DO GRAU DE INVALIDEZ -
IMPRESCINDIBILIDADE - QUANTIFICAÇÃO DA COBERTURA -
SÚMULA 474 STJ. - Em ação de cobrança de indenização do seguro DPVAT,
o prazo prescricional começa a fluir da data em que a parte autora tem ciência
inequívoca de sua invalidez. - **Em caso de invalidez parcial do beneficiário,
a indenização securitária será paga de forma proporcional ao grau da
invalidez (Súmula 474 STJ).**(TJ-MG - AC: 10702084436352001 MG ,
Relator: Domingos Coelho, Data de Julgamento: 05/02/2014, Câmaras Cíveis
/ 12ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 13/02/2014)

De tal modo não tendo como a parte autora especificar o quantum a receber sem a quantificação de sua lesão por um médico ortopedista, por motivo o qual requer a perícia medica judicial.

A documentação médica anexada ao autos possui validade jurídica devido a mesma ter sido realizada junto a profissional altamente capacitado e especializado.

Dessa forma, caso o R. Juízo reconheça que o meio de prova é insuficiente para verificação da invalidade de parte autora, que o mesmo assim designe-se para a realização de pericial judicial, para que seja apurado a incapacidade permanente da parte autora, para que a mesma tenha seu direito reconhecido nesta ação, e o devido recebimento da indenização pelo sinistro que lhe ocorreu.

O pagamento da indenização do seguro obrigatório está sujeito à comprovação das condições previstas no artigo 5º da Lei nº 6194/74. Destarte, revela-se impertinente a exigência da seguradora quanto à apresentação de outros documentos não previstos no citado dispositivo, como se verifica foi apresentado Boletim Policial para comprovação do acidente, não havendo necessidade de qualquer outra documentação declaratória para comprovação de tal fato. Porém a mesma realizou o cancelamento do sinistro de indenização devido a essa pendência de documentação.



Destarte a seguradora vem descumprindo o artigo 5º da lei 6.194/74 que preconiza: "**O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente**", no caso foi provado o acidente e os danos decorrentes do mesmo, não sendo necessário nenhuma documentação complementar para devido recebimento da indenização DPVAT.

Devido a tal fato o processo administrativo está cancelado, mesmo apresentando toda a documentação necessária qual é realmente exigida legalmente e realizado as correções e pendências, não restando outro meio a não ser o judicial, conforme o artigo "**5ª, XXXV - a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito**" da Constituição Federal de 1988.

Segue Jurisprudência desse Respeitável Tribunal de Justiça da Paraíba a respeito:

APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. ALEGADA INVALIDEZ PERMANENTE. REQUERIMENTO DE PROVA PERICIAL MÉDICA. JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INDISPENSABILIDADE DE PRODUÇÃO DO LAUDO MÉDICO. CERCEAMENTO DE DEFESA. CONFIGURAÇÃO. NULIDADE DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS AO JUÍZO A QUO. PROVIMENTO.

Tratando-se de indenização securitária em que a prova da lesão se faz necessária, configura cerceamento de defesa o julgamento antecipado da lide, sem que tenha sido oportunizada a realização de prova pericial requerida pelo autor.

"A prova é instituto jurídico necessário à realização do direito e à correta administração da justiça, tendo por finalidade levar ao espírito do julgador a certeza da existência ou inexistência dos fatos alegados pelas partes". Processo Nº 0819748-95.2017.8.15.0001, 3ª Câmara Especializada Cível, Relator DESA. MARIA DAS GRAÇAS MORAIS GUEDES, j. em 28/02/2019)

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. INDENIZAÇÃO. SEGURO DPVAT. SENTENÇA DE EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRETENSÃO RESISTIDA. IRRESIGNAÇÃO. REQUERIMENTO NA VIA ADMINISTRATIVA. COMPROVAÇÃO. REFORMA DA SENTENÇA. LESÃO do 1º, 2º e 3º pododáctilos esquerdo, NO PERCENTUAL DE 50% DE INCAPACIDADE. LAUDO MÉDICO PERICIAL ACOSTADO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. TERMO INICIAL DOS JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. APLICAÇÃO DAS SÚMULAS Nº 426 E 580 DO STJ. PROVIMENTO. - Não há que se falar em ausência de pretensão resistida quando o autor comprova a realização de prévio pedido na via administrativa, não sendo necessário o seu esgotamento. - A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez. - Consoante a Súmula nº 426, do Superior Tribunal de Justiça, os juros de mora na indenização de Seguro DPVAT incidem desde a citação. - Súmula n. 580 do STJ: "A correção monetária nas indenizações do seguro



DPVAT por morte ou invalidez, prevista no § 7º do art. 5º da Lei n. 6.194/1974, redação dada pela Lei n. 11.482/2007, incide desde a data do evento danoso". (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00013261520168150301, 3ª Câmara Especializada Cível, Relator DESA. MARIA DAS GRAÇAS MORAIS GUEDES, j. em 05-12-2017)

O conjunto probatório carreado aos autos demonstra claramente que a) o autor sofreu o acidente, b) que o autor possui danos físicos decorrentes deste. Tais documentos mostram-se plenamente suficientes, aliados ainda à perícia médica - requerida pelo autor e que certamente será determinada por Vossa Excelência - para demonstrar o lícito direito pleiteado nestes autos.

Diante do exposto requer a Vossa Excelência que seja dado prosseguimento ao feito, intimando a parte contrária para apresentação de resposta, bem como sejam julgados procedentes os pedidos da inicial, determinando-se a realização de perícia médica designando um médico especialista que apure o grau de invalidez que acomete ao autor e que sejam utilizados os quesitos anexados a parte na realização da perícia, para assim condenar-se a ré nos exatos termos da lei.

Termos em que,

Pede e Espera Deferimento.

Campina Grande, 20 de Setembro de 2019

INÁCIO BRUNO SARMENTO
OAB/PB 21.472





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível de Campina Grande

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0823828-34.2019.8.15.0001

DECISÃO

Vistos, etc.

Da leitura da peça de emenda, a parte autora defende que deve ser enquadrada em 'perda anatômica e/ou funcional completa de uma dos membro superiores e/ou de uma das mãos', o que pode resultar em um pagamento de, no máximo, 70% de R\$ 13.500,00, ou seja, R\$ 9.450. Considerando o pagamento administrativo, 1.687,50, restaria uma diferença de R\$ 7.762,50.

Assim, com a conclusão supra, recebo a emenda à inicial.

Defiro a gratuidade judiciária.

Deixo de encaminhar os autos ao CEJUSC, pois a causa não admite a autocomposição (art. 334, § 4.º, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015), no momento inicial do processo, ante a ausência do exame pericial, requisito essencial para verificar o grau da invalidez do autor.

Ressalto que esta posição não importa no descumprimento do dever de conciliar as partes, previsto nos arts. 3.º, § 2.º, e 139, V, do CPC, pois este poderá realizar-se “sempre que possível” (art. 3.º, § 2.º) e “a qualquer tempo” (art. 139, V), de sorte que nada impede a promoção da autocomposição, com designação de audiência para esse fim, posteriormente ou em conjunto com a perícia judicial, como, aliás, vem acontecendo nos mutirões de processos de Seguro DPVAT ordinariamente realizados pelo TJPB.

Intime-se a parte autora para ciência do conteúdo desta decisão.

Cite-se o a promovida para tomar conhecimento da presente ação e, querendo, contestá-la em quinze dias, sob pena de revelia.

Campina Grande (PB), 03 de outubro de 2019.

Andréa Dantas Ximenes - Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
9ª Vara Cível de Campina Grande

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0823828-34.2019.8.15.0001

DECISÃO

Vistos, etc.

Da leitura da peça de emenda, a parte autora defende que deve ser enquadrada em 'perda anatômica e/ou funcional completa de uma dos membro superiores e/ou de uma das mãos', o que pode resultar em um pagamento de, no máximo, 70% de R\$ 13.500,00, ou seja, R\$ 9.450. Considerando o pagamento administrativo, 1.687,50, restaria uma diferença de R\$ 7.762,50.

Assim, com a conclusão supra, recebo a emenda à inicial.

Defiro a gratuidade judiciária.

Deixo de encaminhar os autos ao CEJUSC, pois a causa não admite a autocomposição (art. 334, § 4.º, inciso II, do Código de Processo Civil de 2015), no momento inicial do processo, ante a ausência do exame pericial, requisito essencial para verificar o grau da invalidez do autor.

Ressalto que esta posição não importa no descumprimento do dever de conciliar as partes, previsto nos arts. 3.º, § 2.º, e 139, V, do CPC, pois este poderá realizar-se “sempre que possível” (art. 3.º, § 2.º) e “a qualquer tempo” (art. 139, V), de sorte que nada impede a promoção da autocomposição, com designação de audiência para esse fim, posteriormente ou em conjunto com a perícia judicial, como, aliás, vem acontecendo nos mutirões de processos de Seguro DPVAT ordinariamente realizados pelo TJPB.

Intime-se a parte autora para ciência do conteúdo desta decisão.

Cite-se o a promovida para tomar conhecimento da presente ação e, querendo, contestá-la em quinze dias, sob pena de revelia.

Campina Grande (PB), 03 de outubro de 2019.

Andréa Dantas Ximenes - Juiz(a) de Direito

